

Sumário

Nota dos autores à 18ª edição	21
Improbidade administrativa e processo coletivo: nota dos autores sobre o impacto da Lei n. 14.230/2021	23
Nota dos autores à 10ª edição	35
Prefácio à 1ª edição.....	41
Apresentação à 1ª edição.....	43
Capítulo 1 ► Introdução ao estudo do processo coletivo.....	47
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva.....	47
2. Três conceitos fundamentais para a compreensão do processo coletivo: grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo	53
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos.....	55
4. A centralização de processos repetitivos como objeto da cooperação judiciária nacional e instrumento da tutela coletiva.....	62
4.1. Generalidades	62
4.2. Centralização e modificação de competência	64
5. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas.....	69
5.1. Generalidades	69
5.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (<i>structural injunctions e specific performance</i>)	72
5.3. Interesse público primário e interesse público secundário	73
5.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (<i>judicial activism, judicial restraint</i> e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil.....	75

5.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial.....	81
6. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação).....	85
6.1. Generalidades.....	85
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”.....	89
6.3. O microsistema do processo coletivo. As relações entre o CPC-2015 e o Direito Processual coletivo.....	91
7. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: Procedimento comum das causas coletivas (art. 21 da LACP e art. 90 do CDC).....	96
8. Cultura brasileira da tutela jurídica coletiva.....	100
Capítulo 2 ► Situações jurídicas coletivas: direitos coletivos lato sensu (difusos, coletivos e individuais homogêneos) e casos repetitivos.....	103
1. Introdução.....	103
2. Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	105
2.1. Direitos ou “interesses”?.....	105
2.2. Direitos difusos.....	112
2.3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	112
2.4. Direitos individuais homogêneos.....	114
2.4.1. Generalidades.....	114
2.4.2. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”.....	119
2.4.3. O julgamento do RE n. 631.111/GO: Núcleo de Homogeneidade e Margem de Heterogeneidade.....	121
3. Titularidade dos direitos coletivos lato sensu: direitos subjetivos coletivos.....	122
4. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva.....	125
5. Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequação do processo coletivo às peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vitorelli.....	128
5.1. Introdução.....	128
5.2. Litígios coletivos de difusão global.....	129
5.3. Litígios coletivos de difusão local.....	130
5.4. Litígios coletivos de difusão irradiada.....	132
5.5. Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais.....	135
5.6. Conclusão.....	137
6. Situações jurídicas coletivas passivas.....	137
7. Ação repetitiva, ação pseudoindividual, ação relativa a relação jurídica plurilateral indivisível e ação individual com alcance coletivo: distinções e posturas do juiz.....	137

8. Tópicos especiais	141
8.1. Superendividamento e tutela coletiva	141
8.2. Tutela coletiva do direito fundamental à proteção dos dados pessoais.....	143
Capítulo 3 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva	147
1. Consideração introdutória.....	147
2. Princípio do devido processo legal coletivo	148
2.1. Generalidades	148
2.2. Regra da adequada legitimação	150
2.3. Adequada certificação do processo coletivo.....	151
2.4. Informação e publicidade adequadas	154
2.4.1. Princípio da adequada notificação dos membros do grupo.....	155
2.4.2. Regra da informação aos órgãos competentes para propositura da ação coletiva, sobre a instauração do processo coletivo e sobre o resultado do seu julgamento.....	157
2.5. Princípio da competência adequada	159
3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo	163
4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistência da ação coletiva.....	166
5. Postulado hermenêutico do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva (diálogo de fontes)	169
6. Reparação integral do dano	171
7. Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo.....	171
7.1. Generalidades	171
7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos.....	173
7.3. O <i>habeas corpus</i> coletivo	175
8. Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo.....	177
9. Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual	181
Capítulo 4 ► Competência	183
1. Princípio da competência adequada.....	183
2. Competência territorial.....	184
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	184
2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	185

2.3. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	187
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for regional.....	191
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual.....	196
2.6. Ação popular ambiental e ação civil pública ambiental: “distinção” em relação a tradicional jurisprudência da competência do domicílio do cidadão. Decisão do STJ e princípio da competência adequada	196
3. Juízos com competência para processar e julgar “ações coletivas”	199
4. Competência material, conflitos coletivos multipolares e litispendência por duplicidade com autores diferentes	201
5. O Tema 1.075 do STF (RE n. 1.101.937/SP) e a competência em caso de dano regional ou nacional para as ações coletivas	204
6. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva	206
7. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (Art. 102, I, “f”, CF/88)	207
8. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular.....	208
9. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum?	209
10. Competência internacional? Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas	211
Capítulo 5 ► Conexão e litispendência entre ações coletivas	217
1. Conexão.....	217
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	217
1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva.....	220
1.3. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).....	222
1.4. Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC n. 144.922/MG, STJ	223
2. Litispendência.....	223
2.1. Considerações gerais sobre a litispendência.....	223
2.2. Litispendência entre demandas coletivas.....	225
2.2.1. Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos.....	225
2.2.2. Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas...	226
2.2.3. Identidade da situação jurídica substancial deduzida	228
2.2.4. Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	229
2.2.5. Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	231

3.	Relação entre a ação coletiva e a ação individual.....	232
3.1.	A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual.....	232
3.2.	O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual.....	233
3.3.	A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	236
3.4.	Há continência entre ação coletiva e ação individual?	238
3.5.	O direito à autoexclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	239
3.6.	Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte (art. 313, V, <i>a</i> do CPC).....	241
3.7.	Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	245
Capítulo 6 ► Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas		247
1.	Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	247
2.	Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra.....	251
3.	Legitimação ativa	252
4.	Características da legitimação coletiva.....	254
5.	O problema do interesse do substituto.....	256
6.	Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	259
6.1.	Generalidades. A questão das “associações genéricas”.....	259
6.2.	Notas sobre o controle da “representação adequada” no Direito estrangeiro.....	266
6.3.	Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli.....	269
6.4.	Legitimação do Ministério Público: relevância social objetiva e subjetiva para a tutela de direitos individuais homogêneos	273
6.5.	Síntese conclusiva	275
7.	Consequência da falta de legitimação coletiva ativa. O caso da dissolução de associação.....	276
8.	Legitimidade ativa das Defensorias Públicas	277
9.	“Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas.....	285
10.	Substituição processual das associações <i>versus</i> representação processual mediante autorização (RE n. 573.232/SC, Tema 82, e o RE n. 612.043/PR, Tema 499)	288
11.	Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público	292

Capítulo 7 ▶ Intervenção de terceiros.....	293
1. Assistência	293
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente.....	293
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	295
1.2.1. Intervenção do indivíduo.....	295
1.2.2. Intervenção de um colegitimado.....	296
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular.....	297
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	298
1.4. Assistência na ação popular.....	300
2. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas.....	302
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular (despolarização da demanda).....	303
3.1. Generalidades	303
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013... ..	306
4. A denunciação da lide em ação civil pública	307
4.1. Generalidades	307
4.2. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo.....	309
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual	312
6. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos e na formação de precedentes.....	315
6.1. Generalidades	315
6.2. Intervenção dos membros de grupo no incidente de julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro	316
6.3. Contribuição argumentativa e grau de interesse na controvérsia: os filtros para a avaliação da admissibilidade da intervenção.....	317
7. Intervenção do membro do grupo na ação coletiva passiva	322
Capítulo 8 ▶ Procedimentos investigatórios, inquérito civil e produção antecipada de prova	325
1. Procedimentos administrativos e justiça coletiva multiportas.....	325
2. Inquérito civil.....	326
2.1. Noções gerais do inquérito civil como matriz dos procedimentos administrativos preparatórios	326
2.2. Inquérito civil e inquérito policial.....	331

2.3. Efeitos do inquérito civil e dos procedimentos administrativos preparatórios.....	332
2.4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil e dos procedimentos administrativos. O problema do inquérito civil em matéria eleitoral.....	333
2.5. Inquérito civil, procedimentos administrativos e princípio do contraditório: processualização dos procedimentos.....	335
2.6. Inquérito civil, procedimento administrativo e princípio da publicidade.....	338
2.7. Instauração.....	342
2.8. Representação anônima: possibilidade.....	345
2.9. Inquérito civil, procedimento administrativo e compromisso de ajustamento de conduta.....	345
2.10. Arquivamento.....	347
2.11. Reabertura do inquérito civil ou procedimento administrativo e a reapreciação de provas.....	350
2.12. O inquérito civil, processos e procedimentos administrativos e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa...	351
3. Inquérito civil e produção antecipada de prova.....	354
3.1. Inquérito civil e produção antecipada de prova.....	354
3.2. O CPC e a antecipação de prova não urgente (arts. 381-383, CPC). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil.....	356
4. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada.....	359
5. Princípio da duração razoável.....	360
6. Recomendações e <i>ombudsman</i> (“defensor del pueblo”).....	360
7. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta – comitê executivo nacional e núcleos das ações coletivas (NAC).....	364
Capítulo 9 ► Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas.....	367
1. Generalidades.....	367
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever.....	369
3. A imprescritibilidade das ações coletivas.....	372
4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva.....	373
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do REsp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça.....	377
5.1. Generalidades.....	377
5.2. O julgamento do RESP 1.736.091/PE pelo Superior Tribunal de Justiça e o retorno do tema da prescrição.....	381

6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas.....	383
7. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário	384
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC.....	387
9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	391
10. Outras discussões: protesto para impedir prescrição, a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva	393
Capítulo 10 ► Autocomposição nos conflitos coletivos (justiça coletiva multiportas)...	397
1. Justiça Multiportas como justiça adequada	397
1.1. Dois conceitos fundamentais.....	397
1.2. A justiça coletiva multiportas.....	398
2. Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia, pelo legitimado extraordinário, da situação jurídica coletiva.....	401
3. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	403
3.1. Generalidades	403
3.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Pessoas Jurídicas de Direito Público (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial).....	406
3.3. O art. 26 da LINDB e o compromisso de ajustamento de conduta.....	408
3.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição.....	411
4. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (art. 334, CPC).....	411
5. Controle da autocomposição e a participação do juiz no procedimento de autocomposição.....	413
6. Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	417
7. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> e a <i>contingent res judicata</i>	419
8. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas	421
9. Negócios jurídicos processuais coletivos.....	422
10. Acordos coletivos <i>opt in</i> para tutela de direitos individuais homogêneos: ADPF n. 165/DF.....	425
11. Arbitragem coletiva: primeiros passos.....	428
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo.....	431
1. O pedido na ação coletiva.....	431

1.1.	Interpretação do pedido	431
1.2.	O pedido de indenização por dano moral coletivo.....	432
1.3.	Ações coletivas e o controle de constitucionalidade.....	437
1.4.	Ação coletiva em matéria tributária	440
1.5.	Ação civil pública em matéria previdenciária	442
1.6.	Ação civil pública em matéria de FGTS.....	444
2.	Abandono em ações coletivas.....	444
3.	Desistência em ações coletivas	445
4.	A reconvenção.....	446
5.	A distribuição dinâmica do ônus da prova	449
6.	Audiência pública.....	449
7.	Audiência pública extrajudicial e Ministério Público.....	454
8.	Tutela provisória nos processos coletivos.....	457
8.1.	Generalidades	457
8.2.	Relações entre a tutela provisória coletiva e a tutela provisória individual.....	461
8.3.	Estabilização da tutela provisória satisfativa e o processo coletivo	463
9.	Litigância de má-fé e despesas processuais	464
9.1.	Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas. A questão específica da prova pericial.....	464
9.2.	Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé.....	468
9.3.	Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	471
9.4.	Arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985	472
10.	A atuação do Ministério Público nas ações coletivas	473
10.1.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	473
10.2.	A questão do enunciado n. 489 da súmula STJ e a cooperação judiciária nacional.....	479
10.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	483
10.4.	Ministério Público e os direitos individuais homogêneos.....	485
10.4.1.	Generalidades: função promocional dos relevantes interesses sociais.....	485
10.4.2.	A legitimação do Ministério Público para a liquidação e execução de direitos individuais homogêneos	489
10.5.	Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ.....	492
10.6.	Ministério Público e proteção ao erário.....	493
11.	Peculiaridades em relação aos recursos	493

11.1. O interesse recursal.....	493
11.2. O efeito suspensivo da apelação.....	494
11.3. Remessa necessária.....	495
11.4. Agravo de instrumento na ação popular.....	497
Capítulo 12 ► Coisa julgada.....	499
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada.....	499
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva.....	502
2.1. Nota introdutória.....	502
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos.....	503
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos.....	506
2.3.1. Generalidades.....	506
2.3.2. Aplicação da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aos direitos individuais homogêneos e o acórdão proferido no REsp nº 1.302.596/SP (caso Vioxx).....	507
2.4. Relação entre legitimidade, definição do grupo e coisa julgada.....	511
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do art. 103 do CDC).....	512
3.1. Generalidades.....	512
3.2. O autor da ação popular e a coisa julgada <i>pro et contra</i>	515
4. Críticas à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	515
5. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (art. 103º, § 4º, CDC).....	521
6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	522
7. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva.....	525
8. Inexistência de limite territorial para a coisa julgada coletiva: o julgamento do RE n. 1.101.937/SP pelo STF (tema 1.075 de repercussão geral) e o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 16 da Lei n. 7.347/1985 na redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.494/1997.....	525
9. Eficácia preclusiva da coisa julgada nacional ou regional.....	528
Capítulo 13 ► Liquidação e execução da sentença.....	529
1. A liquidação da sentença coletiva.....	529
1.1. Conceito de liquidação.....	529
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental.....	532
1.2.1. A fase de liquidação (ou liquidação-fase).....	532
1.2.2. O processo de liquidação.....	534

1.2.3. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	534
1.2.4. Síntese	536
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária)	536
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias)	539
1.5. Acordo coletivo, reconhecimento do dever de indenizar o membro do grupo, coisa julgada e ação de liquidação	539
1.6. A <i>fluid recovery</i>	541
1.6.1. Generalidades	541
1.6.2. Alternativas atípicas à <i>fluid recovery</i> do art. 100 do CDC	544
2. Execução da sentença no processo coletivo	547
2.1. Generalidades	547
2.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD, art. 13 da Lei nº 7.347/1985)	550
2.3. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	553
2.4. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	559
2.5. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE	560
2.6. Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada	562
2.7. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	563
2.7.1. Generalidades	563
2.7.2. A possibilidade de constituição de entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos no Brasil	566
2.7.3. Interface entre o público e o privado	566
2.7.4. Necessidade de controle público da atividade desenvolvida pela entidade de infraestrutura específica	568
2.7.5. Necessidade de consentimento informado	570
2.7.6. Autocomposição adequada	571
2.8. Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	572
2.9. Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC)	573
2.10. Execução provisória da sentença coletiva	579
3. Competência para a liquidação e execução coletivas	579

Capítulo 14 ► Processo estrutural	583
1. Histórico do assunto	583
2. Conceitos.....	585
2.1. Problema estrutural	585
2.2. Processo estrutural.....	590
2.3. Decisão estrutural.....	592
3. Características	594
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	594
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	599
4. Procedimento.....	599
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade.....	599
4.2. As duas fases do processo estrutural: o standard do processo falimentar	600
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	601
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural	602
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	603
4.2.2.2. Liquidação estrutural	611
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	612
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	613
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto	613
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	616
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	618
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	618
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	620
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas	623
Capítulo 15 ► Processo Coletivo Passivo	625
1. Nota introdutória.....	625

2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos...	625
3. Exemplos de ações coletivas passivas.....	629
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	636
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	638
5.1. Consideração geral	638
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i>	638
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos.....	640
6. Consideração final.....	642
Bibliografia	645